



SESSÃO TEMÁTICA Nº ST 23 - RACISMO ESTRUTURAL, AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS ANTIRRACISTAS E ANTISSEXISTAS NA LUTA PELA DEMOCRACIA

GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS ESTUDANTES DA ESCOLA MENINOS E MENINAS DO PARQUE - BRASÍLIA/DF

Glacilene Caiana da Silva Macêdo¹/Universidade de Brasília - UnB

Resumo:

Este estudo tem por objetivo conhecer quem são as mulheres negras, estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque - EMMP da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) que vivem em situação de rua, e buscam na educação uma forma de reconhecimento e valorização, a despeito de suas trajetórias de vidas atravessadas pelas assimetrias de classe, gênero e raça; e a correlação existente entre as políticas educacionais e as políticas voltadas para pessoas em situação de rua, numa perspectiva antirracista e antissexista. Com base em uma metodologia interativa (GARCIA FILICE e CARNAÚBA, 2019) reúnem-se as contribuições do marxismo sem se distanciar das dinâmicas que interseccionam práticas racistas, sexistas e classistas (BOTELHO e NASCIMENTO, 2016). Esta pesquisa incorpora diferentes técnicas de coleta de dados desde análise documental, entrevistas semiestruturadas, entrevistas narrativas. E, enquanto proposta metodológica antirracista, antissexista e contra-hegemônica fará uso da técnica da escritivência cunhada pela autora Conceição Evaristo (2017) para registrar histórias e vivências das mulheres negras da EMMP, co-participantes deste estudo. A implementação da escolarização da POP RUA – como política pública de inclusão da SEEDF – assume a função social de ofertar a escolarização de forma gratuita, democrática, intra/intersetorial e se arvora a promover igualdade de oportunidades (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 38). Assim, objetiva-se analisar as práticas desenvolvidas pela EMMP e verificar em que medida a trajetória e história de vida das mulheres negras, estudantes da EMMP, no intuito de compreender os

¹ Mestranda em Educação Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional na Universidade de Brasília Pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade de Brasília. Docente de Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: caiana.glacilene@gmail.com.

diversos fatores e contextos que envolvem essas mulheres negras em situação de rua no DF. Dentre os resultados esperados tentar-se-á evidenciar as dinâmicas da Política de Escolarização das Pessoas em Situação de Rua no âmbito da EMMP e demais Unidades Escolares da rede pública do DF, a fim de sugerir recomendações para sua implementação e/ou aprimoramento de políticas combinadas, antirracistas e antissexistas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Pessoas em Situação de Rua. Gênero. Raça e Classe.

INTRODUÇÃO

Miséria é miséria em qualquer canto
Riquezas são diferentes
Miséria é miséria em qualquer canto
Fracos, doentes, aflitos, carentes
Riquezas são diferentes
O Sol não causa mais espanto
Miséria é miséria em qualquer canto
Cores, raças, castas, crenças
Riquezas são diferenças
A morte não causa mais espanto
O Sol não causa mais espanto
Miséria é miséria em qualquer canto

(Miséria - Titãs Álbum: Õ Blésq Blom, 1989 Composição: Paulo Miklos / Sergio Britto)

Esta pesquisa busca analisar a Política de Escolarização das Pessoas em Situação de Rua no Distrito Federal/DF e suas conexões com a política educacional em curso pela SEEDF, e seu alcance junto à Rede Pública de Ensino, por meio do estudo e sua aplicação no âmbito da EMMP. Pretende-se conhecer quem são as mulheres negras em situação de rua estudantes da EMMP, quais são suas perspectivas e autopercepções acerca da condição de vulnerabilidade social e violação de direitos a que estão submetidas. Como desdobramento, à luz da educação em direitos humanos, pretende-se verificar a interconexão entre estas duas políticas, sem desconsiderar serem mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, com vistas a subsidiar a melhor implementação da política de escolarização de pessoa de rua no DF. Com base em uma metodologia interativa (GARCIA FILICE e CARNAÚBA, 2019) reúne-se as contribuições do marxismo sem se distanciar das dinâmicas que interseccionam práticas racistas, sexistas e classistas (BOTELHO e NASCIMENTO, 2016). Esta pesquisa, ainda preliminar, incorpora diferentes técnicas de coleta de dados desde análise documental, entrevistas semiestruturadas, entrevistas narrativas. E, enquanto uma proposta metodológica antirracista, antissexista e contra-hegemônica fará uso da técnica da escrevivência cunhada pela autora Conceição Evaristo (2017) mobilizada para o registro das histórias de vida, vivências das mulheres negras da EMMP, co-participantes deste estudo, centro do nosso campo educacional.

Considerando as múltiplas violências a que essas mulheres em situação de rua estão expostas no Distrito Federal, essa proposta de pesquisa busca responder duas perguntas articuladas: 1) Quem são as mulheres negras, estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque-EMMP que vivem em situação de rua, e buscam na educação uma forma de reconhecimento e valorização de suas trajetórias de vidas, mesmo sendo marcadas pelas assimetrias de gênero, raça e classe? 2) Em que medida a SEEDF, por meio da Escola Meninos e Meninas do Parque- EMMP, consegue materializar uma prática pedagógica

que une políticas educacionais inclusivas e políticas antirracistas, e que considerem as assimetrias que singularizam as vidas das beneficiárias, mulheres negras e em situação de vulnerabilidade?

Nos últimos tempos, os olhares têm se voltado cada vez mais àqueles que fazem da rua o espaço de sobrevivência. A existência de condições tão humilhantes aos direitos humanos nos conchama reivindicar do Estado respostas através de políticas públicas a essa manifestação profunda de desigualdade social. A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua de 2019 orienta a construção e execução de políticas públicas em respostas aos estigmas, violências e violações de direitos a que são submetidas essa população que faz da rua sua moradia.

Dados revelam que mulheres negras são a maioria em situação de rua, e estão triplamente mais expostas às adversidades e vulnerabilidades individual e social. Provavelmente há mais marcadores sociais comuns entre elas a serem observados (geração e território, por exemplo) que atrelam esse público a tal situação, mas a princípio evidenciaremos as questões de raça, de gênero e de classe.

Entende-se que a educação tem a possibilidade de oportunizar formação e qualificação, que podem abalar em alguma medida as desigualdades que são históricas. Conhecer a experiência cotidiana de mulheres negras, estudantes da EMMP, que vivem em situação de rua e mapear quais são suas expectativas de transformar a sua realidade, exige-nos compreender quais são as relações sociais e pedagógicas às quais são submetidas na EMMP. Assim, buscar-se-á, para responder a primeira questão, a partir de análises e estratégias de ação investigar a trajetória e história de vida dessas mulheres, analisando os diversos fatores e contextos que as envolvem, refletindo e problematizando concepções acerca das relações étnico-raciais, do machismo, da temática da diversidade sexual e de gênero, da cultura feminista, antirracista, antipatriarcal, uma vez que se entende a educação no ambiente escolar como importante meio para a superação desses entraves à cidadania e democracia, e que devem servir como veículo-motor para a transformação social.

Para pensar a segunda questão, que relaciona política educacional e política voltadas para pessoas em situação de rua, focaremos nas orientações legais de ambas, de que maneira incidem sobre as práticas pedagógicas materializadas na EMMP/SEEDF, que é uma Escola de Natureza Especial (Escola POP), que “atende crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que se encontram em situação de rua ou em instituições de acolhimento” (DISTRITO FEDERAL, 2018, páginas 47 e 70). Sendo sua orientação oferecer espaço, tempo e oportunidades formativas com metodologias de ensino específicas e aprofundamento curricular, com vistas ao desenvolvimento integral das/os estudantes, como as singularidades voltadas ao pertencimento racial, sexismo, além do classismo são consideradas nesta escola? A EMMP, atualmente, é a única escola na rede pública de ensino que atende esse público e portanto, um local de referência e oferta de política pública educacional para pessoas em situação de rua no DF. Diante deste fato, é preciso avaliar como as Políticas voltadas para pessoas em

situação de rua, são acionadas para compor esta formação e também acolhe as diferenças destas beneficiárias. A concessão entre estas duas políticas, permitirão verificar a educação na EMMP, como uma das formas de superação de direitos violados (ou não) e de que forma.

De posse dos dados (estudos teóricos e materiais coletados em campo por meio da análise documental, entrevistas semi-estruturadas, entrevistas narrativas com a técnica da escrivência), serão feitas análises reflexivas que pretende analisar a Política de Escolarização das Pessoas em Situação de Rua no DF e seu alcance da Rede Pública de Ensino, assim como a implementação dessa política no âmbito da EMMP e nas demais unidades de ensino do DF. Entender quem são as mulheres negras em situação de rua, estudantes da EMMP, e quais são suas percepções acerca da condição de vulnerabilidade social e violação de direitos as quais estão submetidas, considerando as dimensões de gênero, raça e classe como fundamental para políticas educacionais antirracistas e antissexistas. Busca-se contribuir com a ampliação das políticas públicas nos espaços das Unidades Escolares que atendem as demandatárias com as singularidades em questão, oportunizando um olhar transversal, intersetorial e interseccional na consolidação de políticas públicas mais articuladas com a realidade brasileira. Entende-se como fundamental a compreensão de que a escolarização é um dos alicerces indispensáveis para o exercício pleno da cidadania e ao acesso aos Direitos Humanos, pois, os desafios para uma política educacional antirracista e antissexista é um importante instrumento para a inclusão e a mobilidade social, que pode possibilitar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade.

COMO AS POSIÇÕES E IDEIAS NEOLIBERAIS IMPLICAM NA NEGAÇÃO DE DIREITO A UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: SITUANDO O CONTEXTO HISTÓRICO, AS RELAÇÕES RACIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), ao problematizar em suas reflexões a questão do neoliberalismo e do imperialismo dominante e suas interferências nos direitos humanos, nos diz que vivemos numa sociedade estruturada pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, devidamente marcada pela globalização que produz profundas desigualdades e diversas violações de direito. O Neoliberalismo, por meio da globalização, alcança os sistemas educativos de países em desenvolvimento e tem adotado, intensamente, ações neoliberais e seguido concepções teóricas de mesmo cunho para embasar os seus currículos. Os últimos trinta anos trouxeram mudanças, avanços e retrocessos com as privatizações e/ou terceirizações de sistemas públicos de ensino e as parcerias entre as iniciativas pública e privada para a gestão da educação. Essas posições e ideias de austeridade neoliberais implicam na negação de direito a uma educação pública de qualidade, com condições de trabalho e de estudo para docentes e alunos, com recursos voltados para as políticas educacionais. À

luz desse raciocínio, Hofling (2001) vem nos falar que para os neoliberais, as políticas (públicas) e sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são considerados um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que a atravessa a sociedade. Por isso, a importância de estamos sempre lutando e reivindicando propostas de políticas públicas e sociais como tão bem vem fazendo os movimentos populares desde século XIX. Sem dúvida, o Movimento Negro também teve um papel muito importante na luta por igualdade, pela não discriminação étnica racial prevista na Constituição Federal, o que evidencia uma geração de direitos humanos que vão sendo conquistados por meio de lutas dos movimentos sociais.

É alarmante ver como a maior parte da população carcerária é pobre, negra, jovem e como a alta taxa de desemprego está entre a população descendente de indígenas e afro-brasileira, e também a alta taxa de homicídio de jovens atingir a população das periferias urbanas, bem como os genocídios da população negra. Assim, Santos (2016), ainda nos leva a refletir, que nas sociedades contemporâneas estruturadas por uma intencionalidade anticapitalista, anticolonialista e antipatriarcal é de suma importância acreditar que o mundo pode ser mais justo e democrático, na medida em que a sociedade tem mais acesso a educação e mais recursos para as políticas educacionais, indo contra do que as posições de ideias de austeridade neoliberais têm proposto e colocado em prática ao longo dos últimos anos. Como uma nova gramática de organização social e cultural, como nos lembra o autor, capaz, entre outros aspectos, de mudar as relações de gênero, reforçar o espaço público, promover uma cidadania ativa e inclusiva, garantir o reconhecimento das identidades e gerar uma democracia distributiva que combata as desigualdades socioeconômicas. Para Gentili e Oliveira (2013), a educação como política social sofreu importantes mudanças que marcaram definitivamente a sociedade brasileira... Importantes iniciativas foram tomadas para ampliar e assegurar o direito à educação, especialmente no que se refere à universalização da educação básica e sua melhoria.

De acordo como o pensamento de Theodoro (2019), o racismo transforma a diversidade em desigualdade e ainda alimenta as bases de uma sociedade desigual que impede o reconhecimento dos pobres e miseráveis como iguais, sugerindo a existências de categorias distintas de pessoas. Por isso, a importância das chamadas políticas de promoção da igualdade racial, cuja existência ainda recente no Brasil, pressupõe o enfrentamento do racismo e combate ao preconceito. Certamente, é por isso que as ações afirmativas são mecanismos eficazes para a conquista de uma democracia efetiva e real, pois nos leva a assumir nossa parcela de responsabilidade de levar adiante o sistema que cria oportunidades para quem não as teve. Com isso podemos dar passos para a alteração dessa realidade de exclusão que tanto repudiamos.

Nesse ínterim, percebemos que tivemos avanços no reconhecimento da existência do racismo e da discriminação social, bem como ampliação do acesso e permanência no sistema educacional dos mais pobres, dos ignorados e invisíveis pelas políticas de privilégio e exclusão construída pelas elites brasileiras. Sem dúvida, um dos grandes feitos do governo federal sob o comando do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, é necessário que tenhamos consciência de que, apesar de todos os avanços, e a grande ameaça de retrocesso, não podemos deixar de lutar por uma política pública educacional antirracista, antixessista em busca de igualdade e equidade, que tão intencionalmente foi negada aos excluídos.

Buscar investimento na gestão da administração pública com o intuito de enfrentar o desafio de incluir as demandas históricas da população negra que tanto contribuiu para o desenvolvimento desse país é uma luta de suma importância. A exclusão social da população negra vem de longa data ancorada no mito da democracia racial de que todas as etnias que formam a identidade brasileira vivem na mais profunda harmonia, o que aprofunda ainda mais as desigualdades raciais geradas pelo racismo e discriminação racial. Mais de um século após a abolição, os brasileiros afrodescendentes estão segregados nas periferias dos grandes centros, concentrados nos setores com os menores índices de renda, de emprego e de escolaridade.

Theodoro (2019) nos leva a refletir o grave problema da exclusão da população negra, enraizado na tradição de um passado escravocrata, de forma a exigir um debate que integre todos os setores da sociedade na busca de uma igualdade de oportunidades e de condições para todas as etnias que constituem o nosso Brasil. Os indicadores de renda e riqueza estão aí pra nos dizer que nascer negro no Brasil implica na maior probabilidade de crescer pobre, pois a pobreza está diretamente relacionada à intensidade da desigualdade social. Ao ser naturalizada pela sociedade brasileira, a desigualdade parece não ser derivada de um processo histórico que elaborou instituições econômicas, sociais e políticas produtoras de mecanismos e incentivos excludentes que reforçaram ainda mais a desigualdade.

A democratização da escolarização faz surgir a necessidade de uma abordagem sobre a operacionalização das políticas públicas educacionais de inclusão à luz dos direitos humanos, partindo do pressuposto da educação como um direito básico. Nessa perspectiva, Lima (2016) nos evoca que a partir da compreensão da diversidade e multiplicidade identitária do público escolar há que se trazer para a escola práticas que atendam as características e as diferenças das/os estudantes, sempre com o cuidado para que tais abordagens não transformem diferenças em desigualdades ocasionando prejuízo para alguns grupos de estudantes e até para a comunidade escolar.

A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (2009) orienta a construção e execução de políticas públicas em respostas aos estigmas, violências e violações de direitos a que são submetidas a população em situação de rua. Há uma crescente preocupação dos formuladores das políticas públicas em desenvolver ações voltadas à população que faz da rua sua moradia, e daí advêm a proposta dessa pesquisa, possibilitando reflexões, análises e estratégias de ação frente a essa questão tão complexa e urgentíssima.

Nesse sentido, Lima (2016), nos diz que as políticas educacionais são um recorte das políticas públicas, estas entendidas como caminho ou curso de ação preferido a outros pelas autoridades constituídas para o enfrentamento de questões ou problemas sociais e ainda mais considerando que a diversidade nas políticas educacionais aparece com forte necessidade de se enfatizar o respeito às diversidades culturais, às diferenças e singularidades dos grupos sociais, aos processos de inclusão social à educação de parte da população historicamente marginalizada por sua condição social, cor, raça, etnia, além de outros, as políticas de ações afirmativas, se caracterizam como exemplo. As políticas públicas educacionais sem dúvida são muito relevantes no enfrentamento da discriminação, do preconceito, do racismo evidenciados no ambiente escolar. Daí a importância de pensar em políticas públicas e gestão educacional como base no reconhecimento da importância histórica das políticas públicas de direitos humanos para a garantia da cidadania e a construção de valores éticos balizadores da cultura democrática com vistas a uma real inclusão social.

Para Garcia-Filice (2011), as políticas públicas, entre elas as educacionais, ao serem elaboradas, executadas e avaliadas remetem a raça, tanto quanto classe, como categorias estruturantes e necessárias para compreender com mais propriedade o formato das desigualdades racial e social no Brasil, pois diferentes configurações do racismo interferem no acesso, na permanência e no sucesso de estudantes negros nos sistemas de ensino. É de fundamental importância combater os marcadores sociais que demonstram um contexto social com tantas desigualdades estruturais, exploração, discriminações de raça, gênero, classe que marcam o povo negro, principalmente as mulheres negras, de forma desigual das contingências que marcam nossas existências individuais. Todas essas vulnerabilidades podem se entrecruzar com outras formas de intolerância e agressão aos direitos humanos. É relevante o reconhecimento da importância histórica das políticas públicas de direitos humanos para a garantia da cidadania e a construção de valores éticos balizadores da cultura democrática com vistas a uma real inclusão social.

Carneiro (2011) nos alerta sobre o mito da democracia racial que exerce sua violência simbólica de maneira muito especial sobre a mulher negra, bem como a perspectiva da luta de classe, têm em comum, portanto, em que a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da

intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas. Considerando as ponderações acima explicitadas, entendemos como é fundamental pensar em uma política educacional como uma política pública eficaz de enfrentamento às vulnerabilidades sociais, afinal a educação brasileira segue alicerçada nessa ideologia da democracia racial ao propiciar diferenciação entre grupos raciais e nós como educadoras feministas conscientes não podemos deixar isso acontecer.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA: POR UMA METODOLOGIA INCLUSIVA PARA MULHERES NEGRAS, ESTUDANTES DA EMMP

O propósito do projeto de pesquisa em tela vem pensar a educação como papel de zelar e oportunizar discussões que sejam baseadas em fatos históricos, teóricos e conceituais, bem como na experiência cotidiana de mulheres negras, estudantes, da EMMP que vivem em situação de rua e nas transformações pelas quais as relações sociais elas passam. Nesse esteio, reconhece a relevância de investigar a trajetória e história de vida dessas mulheres, analisando os diversos fatores e contextos que as envolvem, refletindo e problematizando concepções acerca das relações étnico-raciais, de machismo vivenciado hoje, da temática da diversidade sexual e de gênero de forma abrangente e inclusiva, da cultura feminista, antirracista, antipatriarcal, uma vez que entende a educação no ambiente escolar como importante meio para a superação desses entraves e que devem servir como veículo-motor para a transformação social.

A EMMP se ampara nas Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua – PEPOP, documento oficial da SEEDF instituída pela Portaria nº 350, de 26 de outubro de 2018, que traz como garantia o atendimento às pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora, que ao longo da sua história, interromperam a sua trajetória escolar. O público é composto por sujeitos que trazem a marca da exclusão social. A EMMP é uma dessas escolas que respeita e valoriza as diferenças em suas especialidades, como direito garantido, pois combate violências reiteradas vivenciadas pelos/as estudantes pertencentes a grupos sociais minoritários de alta vulnerabilidade social.

A (PEPOP, 2018) orienta e garante o atendimento escolar às pessoas em situação de rua, marcadas pelas desigualdades sociais, representada pela pobreza, pobreza extrema, baixa escolaridade, exploração (no trabalho, sexual), gravidez precoce na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis e drogadição. Embora o Censo Escolar não recolha informações sobre pessoas em situação de rua, apenas aquelas matriculadas na EMMP, as Diretrizes da PEPOP 2018, desde 2018, reconhece que todas as Unidades Escolares da Secretaria de Educação são escolas que devem garantir

o atendimento às pessoas em situação de rua. De modo a dar continuidade no processo de reinserção dessas pessoas na sociedade é relevante seu ingresso em escolas regulares logo após seu acolhimento, uma vez que todas as Unidades Escolares da Rede Pública do DF fazem parte automaticamente da rede de acolhimento e inclusão POP Rua, Todas as UE da Rede Pública do DF fazem parte automaticamente da rede de acolhimento e inclusão POP Rua, devendo matricular, sempre que solicitado, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que se encontram em situação de rua ou em instituições de acolhimento (DISTRITO FEDERAL, 2018, p. 70). Contudo, devida a ser uma diretriz ainda recente, as matrículas concentram-se apenas na EMMP, porém para implementação da Política de Escolarização prevista na PEPOP faz-se necessário que haja quantificação dessas matrículas em toda rede.

Quanto ao perfil das mulheres em situação de rua, a condição delas no Distrito Federal, assim como em todo o território nacional é heterogênea. Para Duarte (et al, 2016), a violência, o estupro e o abandono carregados e tantas outras violências e violações de direitos marcam a vida da mulher – especialmente da mulher negra, na infância, adolescência e idade adulta. Analisando os múltiplos fatores e contextos que envolvem as mulheres em situação de rua no DF é que essa proposta de pesquisa busca compreender como a escolarização ofertada pela Escola dos Meninos e Meninas do Parque – EMMP (Escola POP da SEEDF) pode contribuir para a reinserção social das mulheres negras e em situação de rua.

No que diz respeito à especificidade dos estudos sobre as mulheres em situação de rua, direcionada ao gênero, Rodrigues (2009) identificou que o número de mulheres nas ruas é de duas para cada dez homens, com faixa etária diversa. Dessa forma, a população em situação de rua é predominantemente masculina, 83% (BRASIL, 2008). Segundo Biscotto (2016), apesar de ser um contingente menor, as mulheres em situação de rua vivenciam maiores adversidades, de diferentes formas, destacando-se a vulnerabilidade ao uso de álcool e outras drogas, à violência e às doenças sexualmente transmissíveis, que se associam à condição desfavorável de vida dessa população. A autora ainda identificou em seus estudos que a mulher em situação de rua vivencia a vulnerabilidade social sob dois aspectos: pela condição de vida nas ruas e de gênero. Indicou também que tais mulheres estão inseridas em contextos de maior vulnerabilidade porque apresentam baixa escolaridade; histórico de violência sexual; uso concomitante e intenso de substâncias psicoativas; uso infrequente de preservativos; mantém relações sexuais como forma de sustento e/ou para manutenção do uso de drogas, entre outros elementos de vulnerabilidades.

Conforme Pereira (2016), no período de realização de um Censo no DF em 2010, foram encontrados na capital federal 1.972 adultos em situação de rua. Das pessoas identificadas, a pesquisa

foi realizada com 1.206 delas, o que representou 61,2% da população. Desse universo, 78,1% eram do sexo masculino e 21,9% do feminino; com relação à cor, 40,2% foram identificados como pretos, 39,9% como pardos e 18,8% como brancos. Essa pesquisa constatou também que as pessoas em situação de rua estão concentradas em algumas Regiões Administrativas do DF onde há dados de indicadores socioeconômicos mais elevados, como Brasília, Águas Claras e Taguatinga.

A população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020, segundo a Nota Técnica Nº 73 – DISOC/IPEA “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” (NATALINO, 2020), realizada pelo sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA Marco Antônio Natalino, autor do trabalho, que constatou que a maioria dos moradores de rua (81,5%) está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente das regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). Pesquisas recém-concluídas pelo Ipea alertam que a propagação do novo coronavírus só aumentou ainda mais a vulnerabilidade de quem vive na rua e exige atuação mais intensa do poder público.

Especificamente sobre o campo da pesquisa, a EMMP está situada no Parque da Cidade. De acordo com o Censo Escolar de 2019, 159 estudantes encontravam-se matriculados na EMMP e nem toda/os eram frequentes, em razão da sazonalidade que é característica dessa população. A proposta de pesquisa optará pelo público desta Unidade Escolar por ser no momento a única na rede pública de ensino que atende esse público, e portanto, um local de referência e oferta de política pública educacional para pessoas em situação de rua no DF, o que permitirá monitorar o público a ser pesquisado em termos de efetivação da educação como uma das formas de superação de tantos outros direitos violados.

Entender quais fatores levaram as mulheres negras, estudantes da EMMP, a viverem em situação de rua tem como objetivo sugerir caminhos de resposta para a pergunta desse trabalho. Por isso, a proposta deste projeto de pesquisa traz elementos que nos levam a reflexões interseccionais sobre as questões de gênero, raça e classe, uma vez que abarca a trajetória e a história de mulheres em situação de rua, alunas da EMMP. Ao ouvir essas estudantes negras por meio da metodologia interativa (GARCIA-FELICE e CARNAÚBA, 2019), a sugestão é compreender a trajetória de vida de modo menos impositivo pela pesquisa. Também por meio de outro recurso metodológico como a Escrivência (Evaristo, 2017), pretende-se identificar como suas escrituras podem nos levar a conhecer os posicionamentos das mulheres estudantes da EMMP a respeito de gênero, raça e classe relacionados com as suas trajetórias e seu projeto de vida.

Analisando os múltiplos fatores e contexto que envolve as mulheres negras em situação de rua no DF, estudantes de EMMP, é que essa proposta de pesquisa pretende fazer a escuta sensível de suas

vozes, ler suas escritas, conhecer suas memórias e contemplar as escritivências dessas estudantes participantes para compreender as questões macro que as condicionam a estarem em tamanha vulnerabilidade social, em situação de rua, resultado das desigualdades sociais, iniquidades em saúde e desamparo. A natureza do problema de pesquisa nos leva a sugerir uma abordagem de cunho qualitativo, entendendo por pesquisa qualitativa aquela que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (BOGDAN e BIKLEN apud LUDKE; ANDRÉ, p. 13, 1986). Esta abordagem é a que melhor se enquadra em nossos objetivos, pois permitirá uma análise aprofundada do alcance e implementação das Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua (PEPOP) na rede pública de ensino como política pública.

O objeto da pesquisa (EMMP) e as participantes da pesquisa (mulheres em situação de rua, estudantes da EMMP) estão inseridos num contexto em que se permitem várias metodologias de pesquisa, tais como, História de Vida, Narrativas Orais, Etnografia, porém, será empregado a Escrivência, cunhado por Conceição Evaristo como “método de investigação, de produção de conhecimento e de posicionalidade implicada. A Escrivência, em meio a diversos recursos metodológicos de escrita, utiliza-se da experiência do autor para viabilizar narrativas que dizem respeito a experiência coletiva de mulheres” (SOARES, 2017, sem número de página), pois sendo esta uma experiência escrita de mulheridades e negritude permite a expressão da trajetória de vida deste público. Será utilizada também a Metodologia Interativa (GARCIA-FELICE e CARNAÚBA, 2019; CRENSHAW, 2002), pois esta abordagem permite a combinação de diversas metodologias num contexto multifacetado por questões de raça, gênero e classe. E na medida em que a pesquisa for sendo desenvolvida, essas outras metodologias citadas acima poderão ser empreendidas sob orientação.

O fortalecimento do sistema de proteção social se impõe como meio a estabelecer estratégias para alterar as condições de vida das pessoas atualmente em situação de rua e ainda evitar que novos grupos vulnerabilizados se somem a essa população. De tal forma que esta pesquisa se enquadre como “Pesquisa Ação” a fim de desenvolver uma possibilidade real, de uma escola que se apresente como instituição social inspirada para promoção de uma educação democrática, plural e livre de preconceitos, que prime pelo reconhecimento e valorização da multiplicidade de subjetividades existentes em seu interior.

Assim, de posse dos dados (estudos teóricos e material coletado em campo), serão feitas análises reflexivas e a escrita da dissertação e de um relatório técnico, no qual se pretende analisar a Política de Escolarização das Pessoas em Situação de Rua no Distrito Federal e seu alcance da Rede

Pública de Ensino, assim como a implementação dessa política no âmbito da EMMP e nas demais unidades de ensino do DF, entender quem são as mulheres negras em situação de rua estudantes da EMMP e quais são suas percepções acerca da condição de vulnerabilidade social e violação de direitos as quais estão submetidas, à luz dos direitos humanos e conhecer, sob a perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça e classe (BOTELHO e NASCIMENTO, 2016; CRENSHAW, 2002), as motivações que levam as mulheres negras à escolha pela escolarização e as perspectivas que carregam ao tomarem essa decisão, bem como sugerir recomendações para sua implementação ou aprimoramento.

Enfim, é com um olhar na perspectiva social que este projeto de pesquisa pretende identificar um conjunto de experiências escrevíveis das estudantes da EMMP como ponto de partida e não de chegada. Olhar para a diversidade vivenciada por essas alunas a partir de uma relação situada, reforça a ideia de respeito. Afinal quanto mais profunda as desigualdades, menores serão os direitos. E isso afeta a paz social e a vida democrática. E afeta a mim também enquanto pesquisadora feminista.

MULHERES NEGRAS E AS INTERSECCIONALIDADES: BUSCA INCANSÁVEL POR RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Por que estudar a mulher negra na EMMP? Hoje é a mais visibilizada dentro dessa Unidade Escolar. E dar oportunidade de escutá-las, nos faz dar uma atenção especial à interseccionalidade pensada por Kimbelé Crenshaw (2002) que, focou em seus estudos as interações entre raça e gênero, mas sua definição de interseccionalidade contempla outras variáveis sociais que podem contribuir para o aumento da subordinação das mulheres. Assim, ela define que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas das mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, P. 188)

Dessa forma, Crenshaw (2002) afirma que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, e também de outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais com o de classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual. Todos esses marcadores sociais fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Nessa linha de raciocínio, percebemos que além do marcador gênero, a

interseccionalidade nos faz refletir acerca do fato de que uma mulher branca não carrega o mesmo peso social que uma mulher negra. E ser mulher negra e heterossexual também não é equivalente a ser uma mulher negra e lésbica. Sem dúvida, pensar em como as experiências das mulheres negras são marcadas por opressões diversas, para as quais não faz sentido segmentar gênero, por classe e sexualidade, nos leva a entender porque a mulher negra se encontra na última pirâmide da hierarquia social, se essa mulher ainda tiver como características qualquer outro dos marcadores sociais aqui citados, estará ainda mais sujeita a ser alvo de preconceitos e sofrer discriminações, como é o caso do objeto dessa pesquisa: mulheres negras, estudantes da EMMP que vivem em situação de rua. Dessa forma, Crenshaw (2002), nos leva a perceber que quanto mais marcadores sociais uma pessoa venha a ter consigo mais vulnerabilidades ela vai sofrer, pois às vezes uma pessoa tem dupla, tripla vulnerabilidade como mulher, negra, lésbica e pobre. Aqui temos os marcadores sociais de gênero, raça, sexualidade e classe. Dentro dessa nossa sociedade hierárquica uma mulher (marca de gênero) que é negra (marca racial), somente pelo fato de ser lésbica (marca de orientação sexual), e em vulnerabilidade social (marca de classe social) vai sofrer mais vulnerabilidade, mais discriminação de todos os tipos, mais violência, do que essa mulher que também é negra e pobre, mas que é hétero. Quanto mais uma pessoa se afasta do padrão normativo, mais vulnerabilidade sofrerá, pois quanto mais uma mulher é atravessada simultaneamente por vários desses elementos e quanto maior o número de marcadores num mesmo corpo, maior a exclusão. Então a interposição de marcadores sociais das diferenças é que fazem com que mais marginalizada e subalternizada uma pessoa seja. Somente pensar no marcador de raça que aqui no Brasil já é uma coisa extremamente importante. E pensar em outros marcadores agregados às mulheres negras é acreditar que a partir de várias leituras que existe que uma mulher sendo negra terá um traço de vulnerabilidade muito maior que uma mulher branca.

Hoje, as mulheres negras estão em sua maioria em postos de trabalho mais vulneráveis e precários e são minoria nos cargos de direção, gerência ou planejamento. Segundo dados do IPEA (CERQUEIRA, 2020), sobre renda média da população, segundo sexo e cor/raça – Brasil, 2009: conquanto a população negra tenha experimentado aumento relativo da renda média per capita superior ao da população branca, a desigualdade permanece expressiva, pois se parte de patamares muito díspares. Nessa linha, os negros apresentam, em média, 55% da renda percebida pelos brancos em 2009; no entanto, em 1995, a razão de renda era ainda menor (45%). A pirâmide social, esculpida pelas variáveis de renda, sexo e raça, sofreu pequena alteração. Se, em 1995, os homens negros tinham rendimentos superiores aos das mulheres brancas, ao longo do tempo, passam a receber ligeiramente menos, tendência que se pronuncia a partir de 1999. Em 2009, à mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%.

No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e a redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social 16 (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009). É com base em uma observação sobre o alcance que se tem as construções sociais, como racismo, machismo, patriarcalismo entre outra, na criação de desigualdades que percebemos como são pensadas a base que estrutura as posições impostas às mulheres, população negra, pessoas carentes. A partir da união das categorias de gênero e raça podemos refletir sobre o fato de que se as mulheres negras são as que mais morrem.

Segundo o Atlas da Violência de 2020, em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas. Dessas, 68% são mulheres negras. A taxa de homicídios das mulheres negras é 5,2 para cada 100 mil, muito maior do que o dado de 2,8 por 100 mil para não negras. Este acontecimento não pode ser restrito apenas ao gênero. As mulheres negras são ainda excluídas de empregos designados como femininos por não se encaixar no quesito “boa aparência”. A ausência de abordagem interseccional em pesquisas com foco nas desigualdades sociais pode, não só, inviabilizar o fato de que as mulheres negras são as que mais morrem e sofrem violências, mas inviabilizar uma possível maior atenção do Estado, por meio de políticas públicas. Por isso, a proposta de pesquisa ora apresentada é direcionada para um estudo de uma política pública educacional.

CONCLUSÃO: LUTA POR NOVOS DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA

Em tempos de intolerância e de profundos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais, reconhecer o ignorado, proteger o vulnerável, servir àqueles/as que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações, assim como reconhecer a/o estudante negra/o é buscar, ao mesmo tempo, afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação e às oportunidades sócio-econômicas.

Neste sentido, é eminente que a concretude dessas políticas seja efetivada de forma satisfatória. Tendo em vista a obrigatoriedade de o Poder Público ofertar educação pública, gratuita e de qualidade para todas e todos, devemos como sugere Sofia Reinach (2017), inserir os temas de raça e gênero em todas as ações governamentais com a finalidade de, assim, reduzir as desigualdades sociais e econômicas que atingem esses grupos populacionais. Afinal, um Estado Democrático de Direito deve ser comprometido com formulação de políticas que busquem a justiça social. Estes desafios incluem parar de vez de minimizar a problemática social. É verdade que as políticas públicas são usadas pelo Estado para operar em ação e têm sido direcionadas para o princípio da gestão

democrática, com mecanismos que permitam a ampliação da participação dos sujeitos por meio de políticas transversais de igualdade racial e de gênero. Na tentativa de contribuir com as reflexões sobre essa importante temática, é que entendemos que as ações desenvolvidas pelo poder público junto às pessoas em situação de rua devem alcançar a emancipação individual, como forma de resgatar a cidadania, promover direitos fundamentais e estimular o acesso às políticas e benefícios públicos, por meio da inclusão social, bem como o acesso às oportunidades de superação da situação vivenciada, a ressignificação de valores e a participação na vida social.

Afinal de contas, se o acesso à Educação Básica é um direito assegurado pela Constituição Federal, é fundamental a compreensão de que a escolarização é um dos alicerces indispensáveis para o exercício pleno da cidadania e ao acesso aos Direitos Humanos e Cívicos. E dentro dessa perspectiva, os desafios para uma política educacional antirracista e antissexista é um importante instrumento para a inclusão e a mobilidade social, que pode possibilitar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, desde que reconheça, respeite e valorize as especificidades e necessidades dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, em especial as mulheres negras, estudantes da EMMP.

REFERÊNCIAS:

BISCOTTO, PR, SILVA, MH, JESUS, MCP. OLIVEIRA, DM, MERIGHI, MAB. **Understanding of the life experience of homeless women.** Rev. esc. enferm. USP vol. 50 nº. 5 São Paulo Sept./Oct. 2016.

BOTELHO, D.; NASCIMENTO, W.F. do. **Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça.** In: SANTOS, Debora Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. A Transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades. Brasília, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** São Paulo: Editora Loyola, 2011.

CRENSHAW, Kimberle. **Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2002.

CERQUEIRA, Daniel. et al. Atlas da Violência 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2020. Disponível em 30/07/2021: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>

CRENSHAW, K.W. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** In Paine 1 – Cruzamento Raça e Classe – Disponível em Acessado em 02/09/2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Seção I, 24 dez. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, abr. 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1SjWr02>>. Acesso em: 05/10/2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua (PEPOP).** Brasília, 2018. <http://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/diretrizes-peeop_31dez18.pdf>. Acesso em: 30/05/2021.

DUARTE, C.L., CÔRTEZ, C., PEREIRA, M. R. ANDRÉ. **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo.** Belo Horizonte: Idea, 2016.

EVARISTO, C. **‘Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’.** Entrevista Juliana Domingos de Lima. Nexo Jornal. 26/05/2017. <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>> Acesso em: 08/10/2020.

GARCIA-FILICE, R.C. **Raça e Classe na Gestão da Educação Básica. A importância da cultura na implementação de políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 2011.

GARCIA-FILICE, R.C.; CARNAÚBA, R. A. **Metodologia interativa na gestão de políticas públicas: métodos combinados numa abordagem antissexista e antirracista.** In: OLIVA, A.R.; CHAVES, M. N.; FILICE, R.C.G.; NASCIMENTO, W.F. Tecendo redes antirracistas: Africas, Brasis e Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, v. 1, p. 109-132.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila A. **A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil.** In SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013 (253- 263) http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/10_ANOS_GOVERNOS.pdf
GOMES,

HOFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Seminário. Cadernos Cedes, Campinas, ano XXI, n. 55, novembro, 2001. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas da violência 2019.** / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Ipea; IBGE, 2019.

LIMA, P.G. A diversidade nas políticas educacionais. Cadernos de pesquisa (São Luís), Vol.23,N. Especial, p.27 Disponível: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6198>. Acesso em 25 de outubro. 2020.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (Setembro de 2012 a março de 2020)**. Nota Técnica N°. 73 - Disoc. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, Junho, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf> Acesso em: 08/10/2020.

PEREIRA, F.H. **Desdobramentos da Adesão do Governo do Distrito Federal à Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Dissertação. (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2016.

REINACH, Sofia. **A transversalidade" brasileira: uma construção própria que vai além das influências internacionais**. Fazendo Gênero, v. 10. http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381511484_ARQUIVO_SofiaReinachST049.pdf

RODRIGUES, P.G. **Gênero entre as ruas e a trama institucional**: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo. (dissertação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SANTOS, Boaventura, de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Por uma nova gramática do político e do social**. Lua Nova, São Paulo, 2008.

SOARES, L.V.; MACHADO, P. S. **"Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social**. Rev. psicol. polít. vol.17 no.39 São Paulo maio/ago. 2017.<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002>. Acesso em: 07/04/2020.

THEODORO, Mário. **A implementação de uma agenda racial de políticas públicas: a experiência brasileira**. In Arretche, M.; Marques, E.; Faria, C. A. P. **As Políticas da Política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e PT**. São Paulo: Editora Unesp, pp. 345-369. 2019.